

Os Direitos da Inteligência à luz da Educação Espírita



Desenho de Rembrandt

A Educação Espírita torna o homem consciente quanto à sua natureza espiritual e transcendente, outorgando à inteligência uma série de direitos filosóficos no que diz respeito ao seu próprio Ser e existir. Pois, ao atingir consciência de que ele representa na Terra, com o indivíduo que raciocina sobre si mesmo, outorga-lhe não apenas a chamado exercício dos direitos humanos, mas também o direito existencial de ser um espírito imortal e em evolução, dentro de um grande plano do universo. Com efeito, a Educação Espírita estabelece, de forma objetiva e evidente, os direitos da inteligência ao fazer com que o homem reconheça a si mesmo como um Ser que reencarna e desencarna dentro do incessante desenvolvimento da sociedade e da história.

Pretendemos sintetizar estes direitos da inteligência nas seguintes razões:

- direito de admitir que Deus existe como uma realidade espiritual em comunhão com a consciência do Ser.
- direito de não aceitar o nada, tampouco a morte, como únicas metas do Espírito, por considerá-las concepções negativas para o Ser e por já estarem superadas pelo realismo mediúnico do Espiritismo.
- direito de aceitar a lei palingenésica, isto é, um novo sentido existencial do homem, baseado nas vidas sucessivas do Espírito.
- direito de proclamar que os mundos do universo são habitados e que são futuras moradas do Ser.
- direito de receber comunicações espirituais dos seres queridos desencarnados e dos espíritos superiores da humanidade.
- direito de conhecer a Verdade e a Beleza, como uma consequência da Lei do Progresso.
- direito de evoluir espiritualmente, sem entraves ou imposições, mediante a Lei de Liberdade, baseada no amor e na caridade.
- direito de reconhecer e admitir a evolução do mineral, do vegetal e do animal, como partes integrantes da vida infinita.
- direito de saber de onde vem o Espírito, o que faz na Terra e para onde vai.
- direito de aceitar a Lei de Sociedade como uma associação de Espíritos reencarnados, regida por uma verdadeira lei de causas e efeitos, assentada sobre uma verdadeira legislação cristã.
- direito de viver a Lei de Adoração de acordo com a evolução interior da consciência.
- direito de proclamar a Lei de Igualdade mediante o cumprimento da Lei do Trabalho.
- direito de exercer a Lei de Liberdade sobre as bases morais de uma vontade social, iluminada pela Lei de Justiça, Amor e Caridade.
- direito de proclamar um novo espiritualismo à luz dos princípios filosóficos e religiosos que sustentam a Doutrina Espírita.
- direito de ensinar que o Espiritismo é autêntica expressão do Cristianismo, dirigido e inspirado pelo Espírito da Verdade, anunciado por Jesus.

Conclusões

Quando os Centros Espíritas se converterem em escolas, os direitos espirituais da inteligência serão exercidos ao amparo da liberdade, mesmo que as forças anti-progressistas se lhes oponham obstinadamente. O Movimento Espírita deverá, pois, fundar a sua CÁTEDRA e sua UNIVERSIDADE, pois nada se pode esperar de um mundo entregue a velhas concepções ideológicas que nada oferecem à evolução dos povos.

A EDUCAÇÃO ESPÍRITA será uma realidade pela união de todos os que pensam invocando as aspirações do Espírito da Verdade e por aqueles que se aprofundem na Obra Kardequiana, fonte inesgotável do verdadeiro saber científico, filosófico e religioso. Para este manancial inesgotável deverá caminhar a juventude, perseguindo sempre a luminosa estrela da Verdade e da Beleza.

Humberto Mariotti

> Buenos Aires, junho de 1980.